JUNHO 2023

2050.BRIEFING

SUSTENTABILIDADE • EFICIÊNCIA • INOVAÇÃO • MOBILIDADE • PESSOAS



A NOVA ARTE DA PESCA

Sustentabilidade

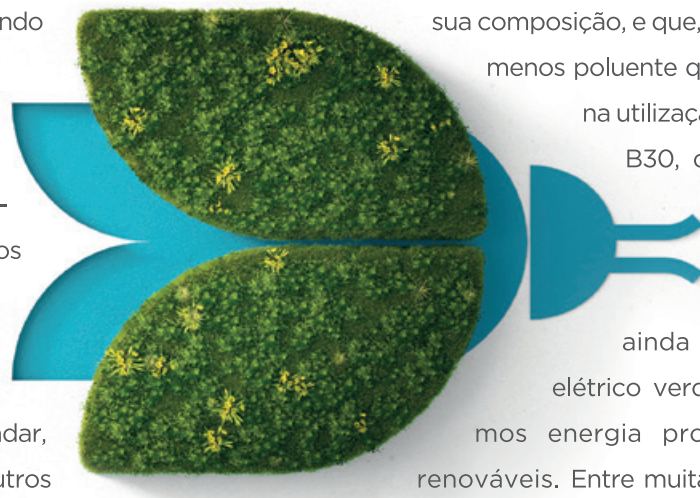
ASSISTA À TALK

BANDEIRA AZUL

Norte ultrapassa Algarve

Verde para crer

Os mais céticos dirão que a PRIO é azul. Mas a verdade é que não podia ser mais verde. Ou não estivéssemos nós a falar da PRIO e da transição energética. Que é como quem diz, da passagem de um mundo movido a energias fósseis — que, como o nome indica, não vão para novas — para um (novo) mundo movido a energias renováveis — sem as quais, dizem os especialistas, corremos o risco de não chegar a velhos. Por exemplo, sabia que, só em Portugal, os setores da mobilidade e transportes representam 25% das emissões de gases de efeito de estufa*? E que, por este andar, vamos ficar sem petróleo (e outros recursos) daqui a apenas 53 anos**? É aqui que entra a PRIO e as energias para a mobilidade do futuro.



Uma energética que sabe, desde o primeiro dia, que o futuro não passa apenas pelos combustíveis tradicionais, mas cada vez mais pela produção e distribuição de biocombustíveis sustentáveis e fontes de energia renovável para os transportes.

Como o PRIO ECO Diesel, que contém 15% (em vez dos habituais e obrigatórios 7%) de energia renovável na sua composição, e que, por isso mesmo, é 18% menos poluente quer na produção, quer na utilização. Já para não falar do B30, do PRIO ZERO Diesel, (combustível 100% livre de petróleo), do GPL Auto PRIO e ainda do carregamento elétrico verde, onde só fornecemos energia proveniente de fontes renováveis. Entre muitas outras ideias que já são uma realidade e põem Portugal a andar de forma cada vez mais sustentável. Basta uma visita ao posto PRIO mais próximo, para ver que a transição energética já está a andar e que é possível continuar a poupar.

** APA, submissão do inventário nacional abril/maio 2019 à União Europeia e à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas ** Dados US Energy Information Administration.*

prio

Energia para mudar

Índice

04
Saldo Positivo
A coordenadora nacional do Programa Bandeira Azul, Catarina Gonçalves, faz o balanço do Programa de Bandeiras Azuis, em entrevista.



13
Em defesa do ativismo
Em entrevista, a coordenadora de Oceanos e Pescas da ANP | WWF, Rita Sá, defende que todos devemos ser ativistas quando está em causa a defesa dos oceanos.





17
Geração S
O surfista Frederico Morais, conhecido como Kikas, revela o que faz, todos os dias, pelo futuro do planeta.

A Pesca por um Mar sem Lixo
O presidente da Docapesca, Sérgio Faias, explica o projeto que visa recolher resíduos, quer produzidos a bordo, quer encontrados nas águas, e conta com os pescadores como protagonistas.

18



24
Para lá da pele
No dia a dia, a Beiersdorf Portugal foca-se na pele, mas recentemente uniu-se a favor do planeta: juntou os colaboradores numa ação de limpeza de praias em que foram recolhidos 104 quilos de lixo.

2050.BRIEFING

2050.BRIEFING.PT

2050.BRIEFING é uma edição especial e parte integrante da revista Briefing.
EQUIPA EDITORIAL Fátima de Sousa, diretora; Sofia Dutra, diretora adjunta; Carolina Neves, editora multimédia; Catarina Farinha, editora multimédia; Simão Raposo, conteúdos **CONSULTANT & ACTIVIST 2050** Joana Guerra Tadeu **DESIGN** Ana Carvalheiro **PRODUÇÃO** Sara Sousa **PUBLISHER/PROPRIETÁRIO** Newsengage - Media, Conteúdos e Comunidades, S.A. **SEDE DO PROPRIETÁRIO, DA REDAÇÃO E DO EDITOR** Edifício Lisboa Oriente, Av. Infante D. Henrique, 333 H | 37, 1800-282 Lisboa T. 218 504 060 NIPC 506871711 **ADMINISTRADOR ÚNICO** João Paixão **DETENTOR DO CAPITAL SOCIAL** Mood Marketing - SGPS, S.A. (100%) **IMPRESSÃO** RPO - Produção Gráfica **DEPÓSITO LEGAL** 500502/22

O saldo de **Bandeiras Azuis** *é* ***positivo***

Catarina Gonçalves

COORDENADORA NACIONAL
DO PROGRAMA BANDEIRA AZUL

As alterações climáticas não têm dado tréguas, mas o investimento intermunicipal e municipal na melhoria da qualidade, da segurança, dos serviços, e do conforto de praias, marinas e embarcações tem trazido um "saldo positivo", apesar do "crescimento menos acentuado" em locais galardoados este ano. Quem o revela é a coordenadora nacional do Programa Bandeira Azul, Catarina Gonçalves, em entrevista ao 2050.Briefing.



Ambiente ● Programa ● Qualidade ● Geodiversidade ● Praias

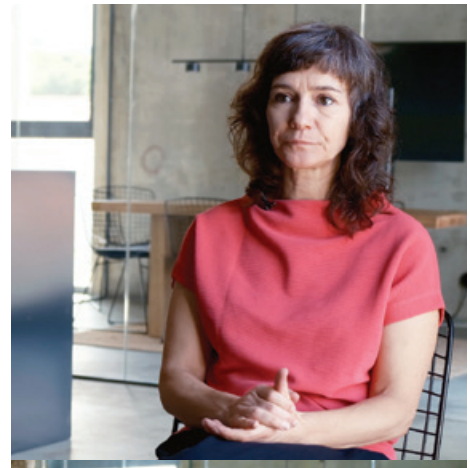
Portugal conta este ano com 432 praias, marinas e embarcações com Bandeira Azul – mais uma do que em 2022. Qual é o balanço que faz do programa de atribuição?
Continuamos a crescer em termos de locais galardoados. Contudo, este ano, houve um crescimento menos acentuado: tivemos menos praias do interior, mas aumentámos em termos de praias costeiras. É sempre um saldo positivo, quer em praias, marinas e, principalmente, embarcações ecoturísticas.

O que mudou nas embarcações ecoturísticas?
É o galardão mais recente de todos. Não tem tanta antiguidade como os galardões para as praias e para as marinas. Seja como for, a consciencialização da contemplação e observação da natureza, de cetáceos ou de aves é muito importante. Tudo isso causa algum impacto e é preciso ter muita atenção quando nos deparamos ou confrontamos com este tipo de espaços mais sensíveis e que têm de ser protegidos.
Penso que a consciencialização, e o facto de os próprios organismos e as autoridades que fiscalizam estarem mais atentos a este tipo de atividades de observação da natureza, faz com que se procure um galardão que à partida garanta um cumprimento de códigos de conduta específicos para cada atividade e que sejam cumpridos. Não é só o impacto da atividade em si, mas, também, passar essa informação ao cliente que procura fazer estas atividades.

Os critérios de atribuição diferem muito entre praias costeiras, praias do interior, marinas e embarcações?
Diferem bastante entre praias, marinas e embarcações, mas não há diferença de critérios para praias costeiras e do interior. São exatamente os mesmos e, além disso, como são critérios internacionais, uma praia costeira em Portugal ou uma praia fluvial em Portugal tem os mesmos critérios que outra praia noutro local do mundo. Tem de existir esse rigor e essa implementação, de igual modo, para todos os países que implementam o projeto.

> **A primeira Bandeira Azul de 2023 foi hasteada na Praia do Mar, nas Caldas da Rainha, a 1 de junho**

> **Há um empenho muito grande dos municípios e dos promotores, de uma forma geral, em melhorar as condições de gestão dos resíduos, de gestão das águas, e mesmo dos serviços e equipamentos**





A seca, os incêndios, a subida do nível do mar ou outros fenómenos podem comprometer a atribuição da Bandeira Azul?
Sim, completamente.
As zonas costeiras, principalmente, são áreas extremamente sensíveis, que estão abertas a grandes erosões, a grandes perdas de areal e de espaço balnear – vamos chamar-lhe assim. Seja como for, as influências que vêm do interior também afetam, de forma muito intensa, o espaço balnear, como, por exemplo, o facto de haver mais barragens e estas não permitirem que os sedimentos cheguem ao mar, logo aí há menos areal. Isso tudo compromete.
A subida média do mar também vai comprometer.

E, estando nós com uma faixa de Atlântico tão grande, a influência é ainda maior. Estamos a perder muitas praias para uso balnear. A questão aqui é avaliar até que ponto é que podemos usar as praias de outra forma, ou seja, não só para fins balneares, mas para outras finalidades também, porque a verdade é essa mesma: já estamos a ter de recuar em muito as margens das praias, isto é, todos os sítios que são edificados perto da margem já estão a recolher. E algumas praias estão mesmo a desaparecer e algumas já deixaram de ter Bandeira Azul, porque não têm areia, não têm areal, portanto, o utente não consegue estar na praia e aceder ao mar de uma forma segura. Por isso, sim, afeta e bastante. Em termos de secas, igualmente, mas mais nas praias do interior. Havendo o aumento da temperatura do ar, há mais evaporação e menos água. Tudo isso afeta a qualidade da água, pois deixamos de ter água para fazer a monitorização, para os fins balneares, e, mais grave do que isso, para sobrevivermos. Já é mesmo uma questão de subsistência; já não é só uma questão de não termos água para tomar banho, para regar, para beber, etc.. É mais grave! É toda uma gestão dos recursos hídricos que tem de ser feita com mais atenção.





Quando não cumprem todos os requisitos, os municípios recorrem a estratégias para conquistar o galardão, como, por exemplo, dividir as praias?

Para se ter a Bandeira Azul, têm de ser cumpridos os 34 critérios. Há alguns que são mais difíceis ou de cumprimento mais demorado. Por exemplo, a qualidade da água balnear – um critério fundamental – tem de ser excelente. E essa qualidade é aferida num período de quatro anos, ou seja, é preciso saber se aquela praia durante os últimos quatro anos teve qualidade excelente, porque



No ano em que se assinala pela primeira vez o Dia Internacional da Geodiversidade – por candidatura portuguesa –, a Bandeira Azul desafia os promotores a conhecerem e a trabalharem a geodiversidade das suas praias. "É fundamental que as pessoas percebam que, para fazer a recuperação de ecossistemas e protegê-los – principalmente, ecossistemas marinhos, costeiros e fluviais –, há uma base por baixo, há areia, há uma rocha. A areia é feita de rocha, a rocha é pedra", explica Catarina Gonçalves, acrescentando que é muito importante que a comunidade perceba, ainda mais numa altura em que se discute tanto a exploração de lítio em Portugal ou a exploração do mar, dos fundos marinhos.

No País, são muitos os sítios catalogados e protegidos na UNESCO, cujos ecossistemas dependem deles. Além disso, no que respeita à questão das alterações climáticas e da erosão, é preciso chamar a atenção para as arribas e dunas, as quais têm ambas uma função.

"Tudo isto é preciso explicar para proteger quem está perto, quem utiliza, mas, também, os ecossistemas que habitam naqueles locais. Promovemos sempre que seja explorado ao nível local e desafiamos os promotores a fazê-lo. Afinal, só podemos proteger se conhecermos; se nos ligarmos afetivamente aos locais, às espécies e a tudo o resto; e se percebermos que tudo aquilo faz sentido", defende a coordenadora nacional do Programa Bandeira Azul.

> **Como são critérios internacionais, uma praia costeira ou fluvial em Portugal tem os mesmos critérios que outra praia noutro local do mundo**

não pode ser pouco segura, oscilante.
O que acontece é que a monitorização da qualidade da água balnear é feita nos locais onde as pessoas tomam banho, que é o que faz sentido, mas quando são praias contíguas, com grande extensão de areal e onde há várias praias seguidas, pode acontecer, em vez de se proceder à monitorização em cada zona de banho, fazer-se na massa de água. Não faz sentido estar-se a fazer análises em tantos pontos de colheita.
Nesse caso, há a opção de os promotores, em vez de estarem a candidatar uma água balnear, candidatarem zonas de banho e unidades balneares que dizem respeito a vários concessionários, os quais se responsabilizam também pela segurança da praia, a par com os nadadores salvadores. E, aí, multiplicam o número de praias galardoadas.

Em cerca de 30 anos, o número de Bandeiras Azuis quadruplicou, apesar dos fenómenos a que temos vindo a assistir. A que se deve este aumento?
Este aumento deve-se, fundamentalmente, ao investimento dos promotores, o qual tem que ver com a questão da gestão dos resíduos e das águas. A partir do momento em que há ETAR [Estação de Tratamento de Águas Residuais] que são construídas, a água é tratada e a água residual que vai para o mar terá um impacto diferente daquela que não é tratada.
Quer ao nível do interior, quer ao nível costeiro, o investimento intermunicipal e municipal, no que diz respeito à limpeza dos rios, ao controlo das descargas clandestinas, e ao controlo da poluição que chega aos rios e aos mares, tem sido completamente diferente. Antigamente, não tínhamos este controlo e esta fiscalização tão apertada naquilo que é o tratamento das águas residuais.
Há um empenho muito grande dos municípios e dos promotores, de uma forma geral, em melhorar as condições de gestão dos resíduos, de gestão das águas, e mesmo dos serviços e equipamentos. Hoje em dia, temos nas praias mais serviços e equipamentos que servem o conforto do utente, como os próprios acessos e os estacionamentos – tudo isso tem de estar ordenado. Já não é só uma questão de cumprir critérios, é pensar: "Eu quero que a minha praia também tenha condições; se com isso conseguir uma Bandeira Azul, ótimo".

Por que motivo é o Algarve a região com mais galardões? Deve-se ao facto de ter mais praias ou a outros fatores, como o que referiu de haver mais investimento por parte dos promotores?
Posso corrigir? Não é o Algarve; neste momento, é o Norte. A região Norte ultrapassou o Algarve, este ano, em termos de galardões para praias, marinas e embarcações. Habitualmente, o Algarve era a região com mais Bandeiras Azuis porque é "a praia" do País e sempre foi – era promovido com a questão do turismo, do sol e do mar. Foi feita uma campanha de venda do Algarve muito grande, desde os anos 70.
A questão é que agora existe um turismo diferente. O cliente ou a pessoa não vai para a praia só porque quer apanhar banhos de sol ou banhos de mar; quer apanhar banhos de sol com conforto, quer tomar banhos de água do mar com segurança, e, obviamente, as questões de sustentabilidade têm vindo a superar, em muito, a questão do turismo, só por si. Então, o investimento tem sido maior.
A maioria do território do Algarve é praia e todos os seus municípios têm Bandeira Azul. No entanto, do ponto de vista territorial, não tem tanto espaço como o Norte, onde há muitas praias do interior e mais espaço para crescer em termos de zonas balneares do que propriamente o Algarve.



Veja a entrevista na íntegra

Tema de 2023

Locais galardoados 2023

Microplásticos: a complexidade de um problema invisível

A investigadora do MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente Carla Silva aborda os microplásticos, nomeadamente os perigos da sua ingestão pelos organismos aquáticos.



CARLA SILVA
Investigadora do MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

Os microplásticos são pequenas partículas de plástico com tamanho inferior a cinco milímetros. Podem ter origem primária e secundária. Os primeiros são fabricados de propósito para serem usados em produtos de plástico, em tintas ou fertilizantes. Os secundários resultam da fragmentação do produto plástico maior (ex: embalagens), e que por degradação física, química e biológica tornam-se partículas mais pequenas.

Devido à facilidade com que são transportados, são encontrados em quase todos os locais do planeta e em diversos ecossistemas (e.g. em mar aberto, em sistemas estuarinos, lagoas ou rios). Atualmente, cerca de 1,5 milhões de toneladas destas partículas entram nos oceanos todos os anos, dos quais cerca de 10% são originários da União Europeia (UE).

Apesar de maioritariamente invisíveis, existem evidências de que os organismos aquáticos ingerem microplásticos, que podem, em último caso, provocar mortalidade. Por exemplo, nos peixes, estas partículas ficam retidas nos intestinos, o que leva à redução da capacidade de alimentação e diminuição das reservas de energia. Os microplásticos são também vetores potenciais na transferência e exposição dos organismos marinhos a poluentes persistentes orgânicos (POP) de elevada toxicidade, que absorvem facilmente as partículas de plástico. Assim, a sua ingestão constitui uma ameaça de longo-prazo para os organismos marinhos, não só pela possível obstrução mecânica do aparelho digestivo, mas também pela complexidade dos efeitos tóxicos dos POP.

Atualmente, estão a ser consideradas algumas medidas que têm como objetivo a minimização da presença de microplásticos no meio ambiente. Por exemplo, é proibido adicionar a produtos como cosméticos e detergentes na UE (em Portugal desde 2021), e também já estão a ser tomadas medidas para minimizar a libertação destas partículas dos têxteis, pneus, tintas e filtros de cigarro.

A educação ambiental desempenha um papel essencial no combate a este tipo de poluição, promovendo a consciencialização pública para os efeitos nocivos que a poluição por microplásticos pode provocar nos humanos e no meio ambiente. A investigação tecnológica e científica deve ser incentivada, uma vez que possibilita o desenvolvimento de soluções inovadoras e facilita a produção de novos produtos de origem mais ecológica, que podem substituir os materiais plásticos. É também essencial desenvolver mais estudos de mapeamento e modelação do transporte de microplásticos, assim como desenvolver métodos que aumentem a capacidade de detecção e a sua remoção, por exemplo, em estações de tratamento de águas residuais.

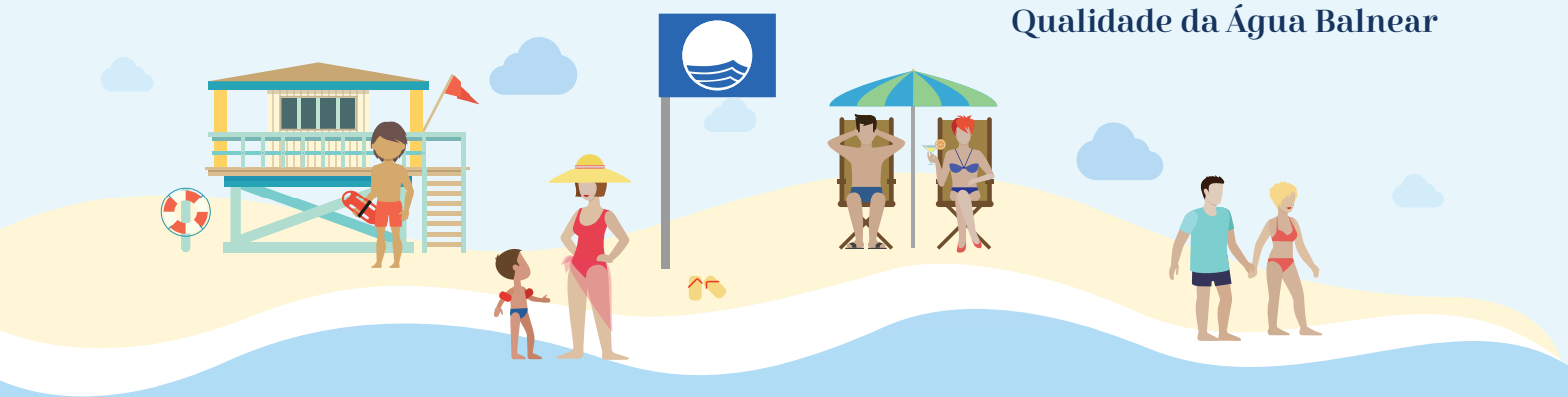
A poluição por microplásticos é um problema complexo e global, que requer soluções efetivas nas várias etapas e processos que a causam. Esta reflexão conjunta poderá ser o caminho rumo a um planeta mais sustentável, e sem plástico.

A educação ambiental desempenha um papel essencial no combate a este tipo de poluição, promovendo a consciencialização pública para os efeitos nocivos que a poluição por microplásticos pode provocar nos humanos e no meio ambiente

Portugal Azul

O Programa Bandeira Azul educa para o desenvolvimento sustentável e é promovido em Portugal pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. A **Bandeira Azul** é atribuída a **praias** – costeiras e do interior –, **marinas** e **embarcações** que se candidatem e que cumpram os critérios relacionados com:

Gestão Ambiental
Informação e Educação Ambiental
Segurança e Serviços
Responsabilidade Social
Envolvimento Comunitário
Qualidade da Água Balnear



Portugal tem:

394 Praias

47 são fluviais

distribuídas por **103** municípios

com **Bandeira Azul.** Há dez anos, o número **rondava as 200**

Houve uma diminuição de praias fluviais devido à seca e aos incêndios do ano passado. Ainda assim, **Portugal é o segundo país do mundo com maior número de praias do interior galardoadas**, logo a seguir a França e muito acima de Espanha

A **região Norte** é a que tem mais praias com Bandeira Azul. São **87**

A **Praia de Mira**, na região Centro, é a única no País e uma das únicas no mundo a ser galardoada todos os anos, sem exceção. São **37**

A **Praia do Arnado**, em Ponte de Lima, foi a primeira praia fluvial a hastear a Bandeira Azul, em **1998**

Em **2004**, houve um boom de **praias do interior** a conquistar o galardão - antes era difícil devido à qualidade das águas

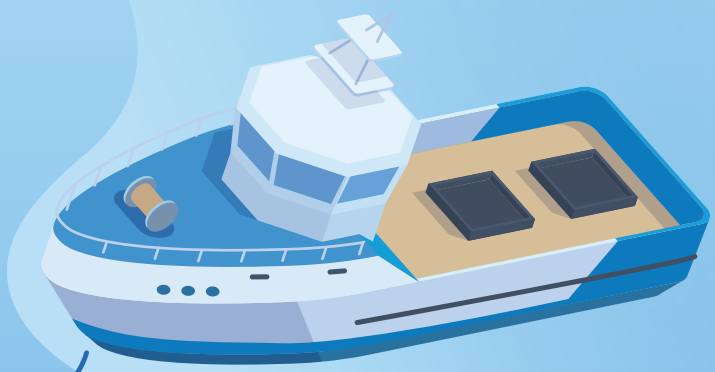
Há **17** **Marinas**
Com **Bandeira Azul**

O arquipélago dos Açores é o sítio onde existem mais **6** são



Ao nível internacional, Portugal ocupa o 2.º lugar

21
Embarcações
ecoturísticas galardoadas



O galardão das embarcações é o mais recente de todos

A ilha da Madeira é o sítio onde existem mais **7** são

Conservação marinha em Portugal: que futuro?

A coordenadora de Poluição e Clima da Sciaena, Ana Matias, defende a necessidade de ação urgente para proteger os oceanos.



ANA MATIAS
Coordenadora de Poluição e Clima da Sciaena

Que Portugal é uma nação marítima é frequentemente trazido para a discussão quando se fala de políticas de conservação marinha. Sabemos que a extensão de uma linha costeira ou de uma ZEE [Zona Económica Exclusiva] é diretamente proporcional à responsabilidade de proteger o meio marinho. Mas será mesmo assim?

Por cá, a Lei de Bases do Clima, aprovada no final de 2021, reconheceu finalmente o oceano como um potente aliado no combate às alterações climáticas, tendo reconhecido também a necessidade de atividades de restauro ecológico e a designação de (mais) áreas marinhas protegidas para proteção de ecossistemas vulneráveis.

Mais e mais informação sobre a ligação entre oceano e clima tem-nos sido dada a conhecer. Sabemos já, por exemplo, que metade do oxigénio que respiramos é produzido no oceano. No entanto, o dado que talvez mais nos diga sobre a importância de um oceano saudável e resiliente para a manutenção das condições de habitabilidade no planeta é o facto de ter absorvido mais de 90% do calor produzido por mão humana desde os anos 70. Dados dizem que se os primeiros 10 km da atmosfera tivessem absorvido a mesma quantidade de calor que os dois primeiros quilómetros do oceano absorveram, o planeta já teria aquecido 36ºC. É este efeito tampão, ou seja, a capacidade do oceano de absorver este calor sem aumentar significativamente a sua temperatura, que nos permite ainda habitar a Terra.

Se Portugal é progressista em algumas políticas em prol da defesa do ambiente, a verdade é que tardamos a implementar outras. Veja-se o caso da mineração em mar profundo. Esta é uma das atividades emergentes que mais ameaça o oceano. Os impactos da mineração em mar profundo são de várias ordens – no fundo marinho, nos habitats muito pouco conhecidos das profundidades abissais, nas cadeias tróficas, na ecologia das espécies de profundidade, entre outros. No entanto, também o impacto desta atividade no combate à crise climática tem que ser falado. A mineração em mar profundo, a iniciar-se, irá levantar grandes quantidades de sedimento repleto de carbono que se foi acumulando ao longo de milhões de anos nos fundos marinhos. No mesmo momento em que as palavras de ordem são para manter (e mesmo aumentar) os reservatórios naturais de carbono, a Humanidade não pode definitivamente dar-se ao luxo de destruir um dos maiores sumidouros que temos.

Os Açores, região já anteriormente identificada com um dos locais mais apelativos para extração de minérios na Europa, acabam de aprovar por unanimidade uma resolução que recomenda ao Governo regional a implementação de uma moratória à atividade até 2050. Portugal deve seguir a vontade expressa pelo arquipélago e colocar-se na frente da proteção do mar profundo. Uma moratória nacional, mais do que necessária, é urgente. A proteção do oceano não se pode esgotar em palavras e em compromissos longevos. Ação é precisa agora e sem demoras; a crise climática e a crise da biodiversidade não ficarão à espera de consensos políticos.

A Lei de Bases do Clima, aprovada no final de 2021, reconheceu finalmente o oceano como um potente aliado no combate às alterações climáticas

Oceanos um agente regulador do planeta

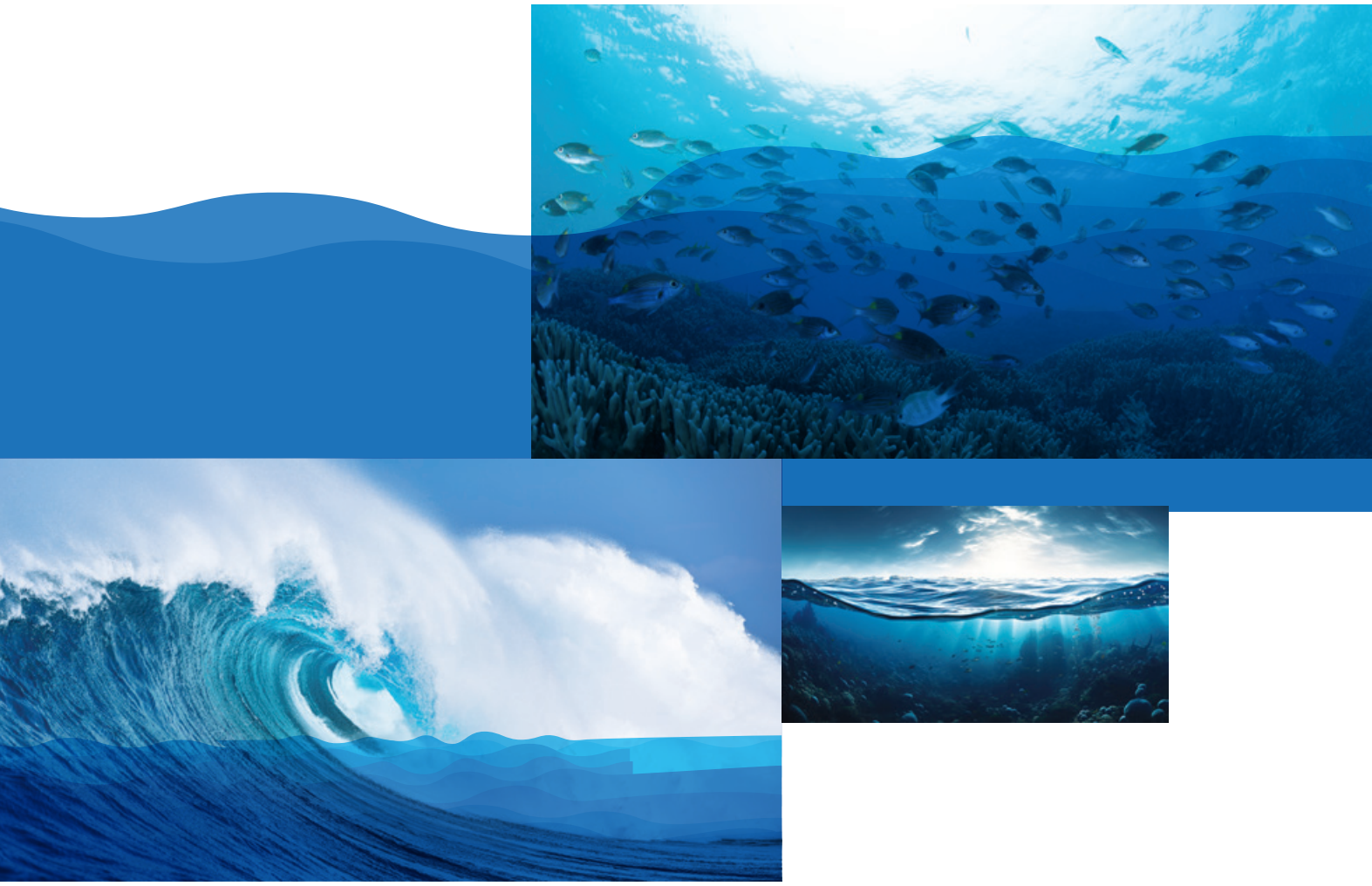


Rita Sá

COORDENADORA
DE OCEANOS E PESCAS
DA ANP I WWF

Consciente de que é preciso respeitar os limites do planeta, que os humanos habitam "por empréstimo", Rita Sá sustenta a necessidade de prestar atenção às políticas públicas, que podem contribuir, ou não, para a regulação do mesmo. Em entrevista, a coordenadora de Oceanos e Pescas da ANP I WWF defende que devemos ser todos ativistas nestas matérias.

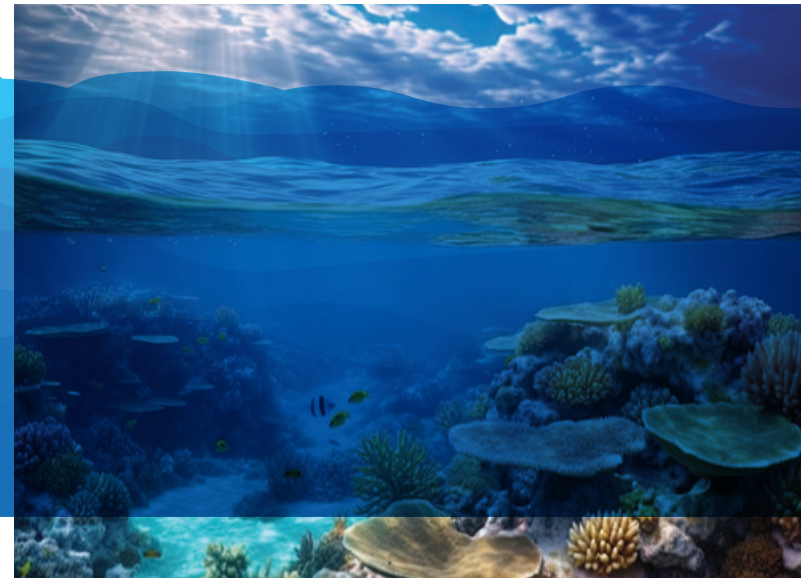
Veja a entrevista na íntegra



> **É muito importante termos ações que consigam diminuir as atividades humanas que façam aumentar a temperatura da atmosfera, para que o oceano consiga ter essa atividade reguladora**

Muito se fala da importância dos oceanos e da urgência de alterar comportamentos. Em que consiste esta urgência?

Os oceanos são um agente regulador do nosso planeta. Nós fazemos parte deste planeta e estamos cá um bocadinho por empréstimo, porque o planeta tem condições para nós habitarmos. Quando precisamos de respeitar os limites do oceano e os limites do planeta, a maior preocupação não é necessariamente para o planeta, mas sim para nós. Se queremos manter uma boa qualidade de vida, se queremos continuar a ter condições para viver sem começarem a existir doenças, sem começarem a existir guerras por escassez de recursos, por uma série de questões, obviamente que precisamos de dar muita atenção a este agente regulador, que é o oceano. Todos os dias recebemos alertas de que o oceano não está a conseguir fazer a regulação que normalmente faz para vivermos em condições e, por isso, nós, que somos parte interessada, precisamos de fazer também a nossa parte. Existem várias questões que poderíamos abordar. Podíamos ficar aqui até amanhã a falar em questões que poderíamos alterar nos nossos comportamentos. Diria que a principal é ter a consciência de que estamos aqui um bocadinho por empréstimo e, portanto, precisamos de respeitar os limites



do planeta. Como cidadãos, precisamos de ter muita atenção às políticas públicas que são desenvolvidas, que podem ou não contribuir para essa regulação do planeta. Precisamos de ser ativos, de tentar seguir as políticas que estão a ser discutidas, de votar, de tentar ser também todos nós um pouco ativistas. Como consumidores, precisamos de procurar consumir cada vez menos e melhor, mas obviamente as pessoas não têm de viver na idade da pedra. A questão é: será que precisamos de tantas coisas? Será que precisamos de ter coisas que usamos uma vez e deitamos fora? Será que não podemos utilizar coisas que podem ser reparadas, que podem ser utilizadas muito mais tempo? Portanto, há uma série de coisas de que poderíamos falar, mas a questão do consumidor é também muito importante. Todos nós devemos e podemos fazer algo, tanto como cidadãos como consumidores.

A temperatura da superfície dos oceanos começou a subir a pique em março, alcançando valores recorde em abril. De que é indicativo este facto?

Mostra-nos que as funções reguladoras do oceano não estão a conseguir acontecer como deveriam. É um alerta do oceano de que algo se passa. No fundo, o oceano não está a conseguir absorver o aumento de temperatura da atmosfera, que é provocado pelas atividades humanas. Quer dizer que há mais atividades humanas que estão a provocar um maior aumento de temperatura e o oceano não está a conseguir resolvê-lo como costumava, como deveria e como seria expectável. Isto tem muitas consequências, muitas delas nem conseguimos saber muito bem, a médio e longo prazo, quais serão, porque estamos a passar por isto pela primeira vez ou pelo menos pela primeira vez com acompanhamento científico.
É muito importante termos ações que consigam diminuir as atividades humanas que façam aumentar a temperatura da atmosfera, para que o oceano consiga ter essa atividade reguladora.

A União Europeia anunciou recentemente um investimento de 800 milhões de euros para a proteção dos oceanos. Que medidas precisam ser tomadas com a ajuda destes fundos?

Existem duas componentes importantes. Temos, por um lado, a parte da conservação pura e dura, a questão das áreas marinhas protegidas. E depois temos as questões ligadas às atividades económicas. Para todas estas questões, é preciso, obviamente, haver financiamento. Muitas vezes este tipo de projetos são mais transversais, em que se tentam encontrar várias áreas e perspetivas.
Dou como exemplo a rede Natura 2000 e, nas atividades económicas, questões ligadas com a pesca ou com atividades que possam ter impactos diretos nos habitats e nos ecossistemas, e que precisam também de passar por um processo de transição.

> “Os oceanos são um agente regulador do nosso planeta

Portugal está empenhado em alcançar uma economia azul. Que esforços é que têm sido feitos neste campo?
Eu diria que sim e que não. Ou seja, depende um bocadinho da perspetiva.
A economia azul, tal como a sustentabilidade, já começam a ser conceitos um bocadinho vazios.
Ou seja, são tantas vezes utilizados que, às vezes, podem querer dizer coisas diferentes de pessoa para pessoa. Por isso, precisamos pensar o que quer dizer a questão da economia azul.
Por si só quer dizer que é uma economia sustentável e que procura desenvolver atividades económicas e culturais que não tenham tanto impacto para o oceano.
Por isso, sim, Portugal tem procurado implementar a economia azul, mas nem sempre com a preocupação da proteção do ambiente e do menor impacto. É também para alertar para essas questões que as ONG trabalham. Quando tentamos chamar a atenção de governantes, das empresas e da própria sociedade que há atividades que não são propriamente economia azul, muitas vezes temos uma resposta positiva e até vemos interesse em haver mudanças.

O que há de mais urgente a ser feito no nosso País nesta matéria?
A economia azul é um mundo e inclui muitas atividades, nomeadamente o turismo, a questão energética, o tráfico marítimo…

> **Portugal tem procurado implementar a economia azul, mas nem sempre com a preocupação da proteção do ambiente e do menor impacto**

Em Portugal, tal como na ANP I WWF, temo-nos focado mais na área da pesca, que é uma atividade que não tem uma contribuição assim tão grande para o PIB, creio que é cerca de 1%.
No entanto, socialmente, é uma atividade muito importante e, localmente, nas comunidades costeiras, é a atividade de base. Portanto, quanto estamos preocupados em compatibilizar atividades económicas com a parte social, com a parte cultural e com a parte ambiental, a pesca pode contribuir para haver uma alteração de comportamento e de perspetiva.

Que balanço faz do trabalho da ANP I WWF neste âmbito? Que objetivos têm até ao final de 2023?
Nós trabalhamos em oceanos e pescas desde 2014. Começamos com uma equipa muito pequenina com um projeto na área da cogestão e depois fomos diversificando os temas e fortalecendo cada vez mais a nossa equipa. Neste momento, estamos a apostar muito não só nas pescas e cogestão, mas também na área da conservação marinha. Já temos uma equipa bastante forte, cientificamente e tecnicamente, para trabalhar ao nível das espécies bandeira. Estamos a implementar um plano de ação nacional para a gestão e conservação de tubarões e raias. Foi um compromisso que o governo assumiu na Conferência das Nações Unidas, no ano passado. Temos estado a dar apoio ao governo e às entidades científicas para avançar com esse plano, que é inovador. Na Europa não existe mais nenhum país com intenções de, pelo menos, fazer um plano destes. Estas espécies são as guardiãs dos oceanos. Permitem que os oceanos tenham a saúde necessária para a nossa própria saúde. Também temos um observatório que estamos a tentar conhecer melhor as visitas dos golfinhos ao estuário do Tejo. E temos um assunto emergente, que é a questão do carbono azul. Estamos a tentar perceber exatamente como é que funcionam estes habitats de carbono azul em Portugal e como é que poderá vir a funcionar um futuro mercado voluntário de créditos de carbono azul, em que as empresas poderão tentar ser mais neutras em termos de carbono ao contribuírem para o restauro e para a conservação destes habitats.
Em Portugal, estes habitats são dos mais vulneráveis e os que têm sofrido mais, tanto com as alterações climáticas, como com a pesca, com a destruição das zonas costeiras e, portanto, são habitats para os quais queremos contribuir, não só na questão da conservação da natureza pura e simples, mas também fazendo a ligação de envolvimento e consciência das empresas e das políticas públicas.

> **Há mais atividades humanas, que estão a provocar um maior aumento de temperatura e o oceano não está a conseguir resolvê-lo como costumava, como deveria e como seria expectável**

O surfista sustentável

Todos os dias tenta fazer alguma coisa pelo planeta e reduzir o impacto do seu dia a dia. E aponta as viagens – de carro e avião – como os seus comportamentos menos sustentáveis. Conheça Frederico Morais, surfista e um dos rostos da Geração Sustainability.



Frederico Morais

Ser sustentável é...
Tentar todos os dias fazer alguma coisa pelo planeta, reduzir o impacto do meu dia a dia.

Prática sustentável que mais realiza
Apanhar lixo do mar enquanto surfo.

Comportamento menos sustentável que tem
Viagens de carro e avião.

Conselho essencial para as gerações futuras
Protegerem os oceanos. Informem-se, sejam curiosos. É mesmo importante percebermos que as nossas atitudes individuais têm impacto.

O que pode ser feito para tornar o surf mais sustentável
Criar políticas de limpeza e recuperação de praias pós-eventos de surf. Envolver comunidades e amantes do desporto juntamente com entidades que promovem a preservação, de forma a dar informação às pessoas. A maior parte das pessoas pensa que ser sustentável é não usar plástico e separar o lixo. Há que simplificar a informação e dar sugestões diretas.

Veja o testemunho de Frederico Morais

Isto ou Aquilo

A pé ou de bicicleta?
Bicicleta.

Reciclar ou reutilizar?
Reutilizar.

Pranchas e fatos sustentáveis ou tradicionais?
Ambos. Sinceramente, o que experimentei ultimamente não impacta a performance, mas ainda não há grande escolha.

Nunca mais fazer surf ou deixar de promover a conservação dos oceanos?
Nem isto nem aquilo.

PESCADORES pela sustentabilidade do oceano

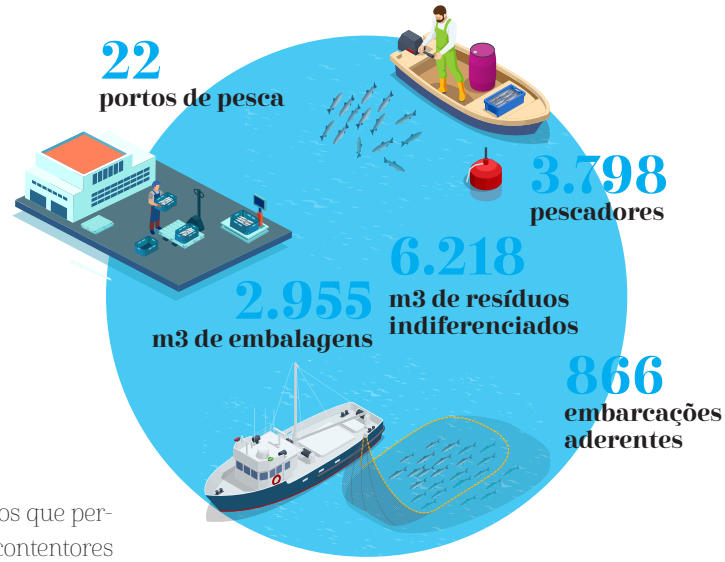


Os pescadores são guardiães do oceano. É o presidente da Docapesca, Sérgio Faias, que assim os descreve, a partir da experiência do projeto A Pesca por um Mar sem Lixo. A quase totalidade dos portos está abrangida por esta iniciativa que visa a recolha de resíduos, quer produzidos a bordo, quer encontrados nas águas.

Vinte e dois portos. Cerca de quatro mil pescadores envolvidos. Mais de nove mil metros cúbicos de resíduos recolhidos. É este o balanço, em junho de 2023, do projeto A Pesca por um Mar sem Lixo, lançado em 2015 pela Docapesca a partir da identificação da necessidade de o setor pesqueiro contribuir para um oceano mais saudável e mais limpo.

É o presidente da empresa responsável pela administração dos portos de pesca, Sérgio Faias, que faz o enquadramento desta iniciativa lançada em 2015, como piloto, em Peniche: "Ao longo dos anos, houve pouco cuidado com a preservação do mar e sendo a comunidade piscatória um dos principais beneficiários dos produtos do mar, começou a existir a preocupação dentro da própria comunidade. Acabámos por ser o porta-voz dessa preocupação."

Assim, o primeiro passo é dado com o envolvimento das comunidades piscatórias, dos municípios abrangidos por cada porto e das empresas ligadas ao encaminhamento de resíduos. O projeto materializa-se, depois, em ações de divulgação e de sensibilização, com distribuição de equipamentos que permitam colocar em prática o objetivo de um mar sem lixo: são contentores ou sacos, dependendo da dimensão da embarcação, que permitem que a tripulação faça a separação dos resíduos, sendo que, nos portos, foram colocados reservatórios para esses mesmos resíduos. Em causa estão os resíduos produzidos a bordo, garantindo, deste modo, que não vão parar ao mar. Mas, também, o lixo que é capturado nas artes de pesca,



Portos por um mar sem lixo

Não é só a pesca que contribui para um mar sem lixo. Também os portos, enquanto interfaces com o mar, assumem essa missão. De acordo com o presidente da Docapesca, anualmente, é alocada uma verba de um milhão de euros na gestão dos resíduos nas infraestruturas portuárias. O resultado é a recolha de, sensivelmente, três mil toneladas de resíduos por ano. Na maioria, plásticos e artes de pesca, mas também esferovite das caixas de armazenamento e transporte do pescado. Aliás, neste âmbito, o porto de Matosinhos é palco de uma parceria com a câmara municipal e a restauração local com vista ao tratamento dessas embalagens: uma empresa procede à compactação desses resíduos, com vista à sua reutilização, o que acontece há na construção civil, em que o novo material é utilizado para isolamento térmico das paredes.



JOÃO PEDRO CORREIA, SÉRGIO FAIAS E RITA LOURENÇO
Membros do Conselho de Administração da Docapesca

que, agora, em vez de ser devolvido à água, é recolhido, separado e, posteriormente, encaminhado para valorização.

O sucesso do projeto-piloto levou ao alargamento progressivo, a partir de 2016, sendo que, até final deste ano, é expectável que os principais portos estejam abrangidos. São 25. Mas, Sérgio Faias realça que igualmente importante é manter o programa dinâmico, no sentido de não se perder o que já foi conquistado.

Há, pois, que avaliar e manter a proximidade aos pescadores. A propósito, nota que é visível o orgulho que exibem quando hasteiam na embarcação a bandeira que atesta a sua adesão, bem como quando usam a t-shirt e o boné que lhes são distribuídos, personalizados de acordo com cada porto: "Envergam literalmente a camisola", comenta.

A prova disso é a adesão de cerca de quatro mil pescadores, que, nas contas da Docapesca, representam uma boa parte do contingente nacional. O administrador reconhece que, no início, algumas comunidades poderão ter estranhado, mas, depois de perceberem o âmbito da iniciativa, logo aderiram. Para isso contribuirá a proximidade da empresa com a comunidade piscatória: "Há mais de 60 anos que trabalhamos com a pesca, conhecemos os atores e os agentes económicos. Tendo a capacidade de falar com os pescadores, com os armadores, com os dirigentes associativos, facilmente conseguimos transmitir a mensagem e muito rapidamente perceberem que o projeto os beneficia."

A adesão resultou na recolha de cerca de 3.000 m^3 de embalagens e de mais de 6.000 m^3 de resíduos indiferenciados, com Sérgio Faias a salientar que mais de 80% do lixo não provém da atividade piscatória, sendo produzido em terra e levado para o oceano através dos rios e outros canais. "Naturalmente que a atividade de pesca, como qualquer atividade económica, acaba por ter os seus impactos. Existem sempre artes de pesca que se perdem, principalmente em situações de mau tempo. Mas, maioritariamente, estamos a falar de outros resíduos, muitos plásticos, muitas embalagens", nota.

Nem sempre é possível recolher todos os resíduos, por condicionalismos que se prendem, quase sempre, com o tamanho das embarcações. Para ultrapassar este obstáculo, foi desenvolvida uma aplicação móvel, que permite, a partir de uma fotografia, identificar as coordenadas geográficas dos recursos localizados, as quais ficam numa base de dados, sendo que qualquer pescador os pode recolher se passar na zona. Colocar a tecnologia ao serviço do projeto é também uma forma de atrair as gerações mais jovens.

O presidente da Docapesca não tem dúvidas de que os pescadores estão cada vez mais sensibilizados para as questões ambientais. Sabem que a sustentabilidade da sua própria atividade depende da preservação do oceano.

Veja a reportagem

Assista à entrevista

Para além do crescimento azul: vamos fazer o suficiente de forma diferente

A diretora executiva da Seas At Risk, Monica Verbeek, entende que a atividade humana é a maior ameaça que o oceano e o planeta enfrentam, mas acredita que não é tarde demais para virar a maré.



MONICA VERBEEK
Diretora Executiva
da Seas At Risk

O impacto do oceano na nossa vida, embora pouco conhecido, não pode ser subestimado. Dá-nos ar puro para respirar, alimentos para comer, medicamentos para nos curar, energia renovável e ajuda a manter o sistema climático em equilíbrio, absorvendo 25% do CO_2 e mitigando as alterações climáticas.

Apesar da clara e pesada dependência da Humanidade do oceano, continuamos a considerá-lo um dado adquirido. A União Europeia introduziu vários regulamentos destinados a melhorar o estado e a utilização do oceano: por exemplo, a Política Comum das Pescas destinava-se a regulamentar a indústria pesqueira de forma a encontrar um equilíbrio entre a saúde das populações de peixes e a prosperidade da indústria pesqueira, as Diretivas Aves e Habitats exigem que os Estados-Membros designem áreas marinhas vulneráveis e as protejam e a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha visa tornar os mares europeus novamente saudáveis. No entanto, a má implementação e um esforço de abordagem mínimo a estes regulamentos por parte dos Estados-Membros, que se esforçaram mais em encontrar lacunas do que em cumprir o seu espírito e ambição, contribuiu para uma aceleração "azul" com mais e mais atividades humanas no mar, levando algumas populações de peixes quase ao colapso e permitindo que a perda de biodiversidade continue inalterada.

O relatório "Marine Messages 2", da Agência Europeia do Ambiente, reforçou a ineficácia da forma como as regras da UE são atualmente seguidas, concluindo que as espécies marinhas permanecem sob grande pressão e as alterações climáticas estão a levar os ecossistemas marinhos ao limite.

Através de mudanças transformadoras e uma mudança de uma lógica de "crescimento a qualquer custo" para um modelo económico focado na suficiência e no bem-estar, podemos viver dentro dos limites do planeta, garantindo uma vida decente para todos

Mas as raízes dos problemas do oceano vão muito além da sua costa – é a sobreexploração implacável e o hiperconsumo que alimentam hoje em dia a fogueira. Do transporte marítimo ao lixo marinho, à ameaça muito real e iminente da mineração em mar profundo, a atividade humana é a maior ameaça que o oceano e o planeta enfrentam. Nós somos o nosso pior inimigo.

No entanto, não é tarde demais para virar a maré. Através de mudanças transformadoras e uma mudança de uma lógica de "crescimento a qualquer custo" para um modelo económico focado na suficiência e no bem-estar, podemos viver dentro dos limites do planeta, garantindo uma vida decente para todos. Alguns setores podem precisar de se expandir, como o das energias renováveis marinhas, enquanto outros terão que ser reduzidos, como a pesca industrial, e alguns parados completamente, como a extração de combustíveis fósseis. Não se trata de fazer mais, melhor – trata-se de fazer o suficiente, de forma diferente.

Precisamos da experiência e do pensamento criativo de todos os setores e partes interessadas sentadas à mesa – ONG, parceiros sociais, cientistas, indústria e decisores políticos – para ir além do crescimento e provocar a mudança que a economia azul e o nosso planeta azul precisam tão urgentemente.



CRISTINA CORREIA
Diretora de I&D
e Inovação da PRIO

Uma energia que protege os ecossistemas marinhos

A preocupação com o meio ambiente, nomeadamente com os oceanos, é "desde sempre uma grande preocupação" para a PRIO. A garantia é dada pela diretora de I&D e Inovação, Cristina Correia, justificando-a com a influência da localização: no Porto de Aveiro, junto à ria, e ao mar das praias da Costa Nova e da Barra.

Importantes para a marca, os projetos sociais e ambientais relacionados com os oceanos permitem à PRIO dar apoio a vários parceiros, aproximando-a da comunidade e dos consumidores, criando relações "duradouras e produtivas". "A preocupação ambiental está na nossa essência – procuramos minimizar a nossa pegada ecológica, apostando numa economia circular e em boas práticas de operacionalização diárias, para que as gerações atuais e futuras possam desfrutar de um planeta mais verde", afirma a diretora de I&D e Inovação da PRIO, Cristina Correia.

O PRIO ECO Waste é um dos pilares de atuação enquanto empresa que "trabalha todos os dias para promover a economia circular". Com ele, reforça a importância da recolha de matérias residuais, como os óleos alimentares usados e outras gorduras, contribuindo para a conservação dos ecossistemas marinhos. Ao reaproveitar estas matérias residuais, evita-se que sejam incorretamente despejadas na rede de esgotos e que acabem no mar. "Com este programa, além de garantirmos a recolha e tratamento destes resíduos, trabalhamos também na sensibilização da população portuguesa, com várias iniciativas junto das comunidades, escolas e associações". E "com sucesso", nota.

Também enquanto parceira do projeto europeu A-AAgora, liderado pela Universidade de Aveiro (UA) e que surge no âmbito da missão "Recuperar os nossos oceanos e águas até 2030", do Horizonte Europa, a PRIO participa em atividades de descarbonização das embarcações turísticas na Ria de Aveiro, através da substituição parcial de combustíveis fósseis por combustíveis avançados à base de resíduos, "contribuindo para a redução de GEE associadas à sua atividade".

Além disso, tem com a UA um Projeto de Restauro das Pradarias Marinhas (SEAREST-BC). Mais de metade (55%) de todo o carbono disponível na atmosfera é fixado por organismos que vivem no mar – o chamado "carbono azul". As pradarias marinhas têm uma elevada capacidade de sequestro de carbono, com um valor médio de 830 quilos de carbono por hectare, por ano – cerca de 30 vezes superior à das florestas terrestres. Ciente da importância do papel das mesmas, a PRIO, juntamente com a UA, vai implementar atividades de restauro das pradarias marinhas e, assim, contribuir para o aumento do sequestro de carbono na Ria de Aveiro.

"Para a concretização destes objetivos, serão realizadas ações de restauro e transplantes de ervas marinhas de áreas bem estabelecidas para áreas fragmentadas, aplicando soluções baseadas na natureza. Será ainda contabilizado o carbono azul retido", explica Cristina Correia, acrescentando que, as primeiras intervenções serão realizadas em julho deste ano e contarão com a participação dos colaboradores da empresa.



Desemaranhar os propulsores da mudança

O diretor da ecosphere, José de Bettencourt, reflete sobre a utilização de abordagens de gestão integradas e baseadas nos ecossistemas no âmbito dos oceanos.



JOSÉ DE BETTENCOURT
Diretor da ecosphere

Os oceanos sustentam a vida no planeta, dado que controlam o clima através da grande circulação termohalina e interacção com a atmosfera, dão-nos muito do ar que respiramos (vem dos mares 50% a 80% do oxigénio produzido no planeta) e são a maior fonte de água doce (a evaporação-precipitação é a dessalinizadora natural). No entanto, os oceanos estão sob forte pressão, as variações de temperatura e acidificação dos oceanos associadas ao efeito de estufa podem alterar o equilíbrio da circulação termohalina e a vida marinha com efeitos em todo o planeta, as florescências algais excessivas provocadas pelas excessivas doses de nutrientes de origem terrestre diminuem o oxigénio disponível para a vida em terra, o flagelo do plástico no mar (cerca de 80 mil toneladas de plástico em cada quilómetro quadrado de oceano e 8 milhões de pedaços de plástico a entrar todos os dias no mar) provoca danos irreversíveis à biodiversidade, fortes doses de substâncias químicas incluindo poluentes orgânicos persistentes como mercúrio de origem antropogénica encontram-se nas cadeias tróficas marinhas. Além de que a sobrepesca e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, continuam a grassar em mares e oceanos. Tudo isto tem repercussões na vida no planeta e na saúde humana.

Assistimos atualmente a uma forte aposta no crescimento da economia azul, o que aumenta os desafios em matéria de sustentabilidade. Na União Europeia e territórios ultramarinos associados (devido aos quais p.e. França é o país do mundo com a maior zona económica exclusiva), a economia azul significa actividades geradoras de rendimento no oceano, como a colheita de alimentos, o transporte marítimo, o turismo, o lazer, a biotecnologia azul e a exploração mineira dos fundos marinhos (além dos hidrocarbonetos, há interesse crescente na mineração dos fundos marinhos de minerais, como o cobalto, e elementos de terras raras necessários nas baterias para veículos elétricos, como medida de mitigação das alterações climáticas).

Tal como noutras vertentes, o foco no crescimento perpétuo da economia, em vez da aposta na qualidade de vida humana e do planeta, favorece o extrativismo, o uso exagerado de recursos naturais e de energia para a produção e transformação e modos de consumo pouco sustentáveis, que têm um impacto global significativo no clima do Planeta Terra e no funcionamento dos seus ecossistemas, a que cientistas chamam Antropoceno, que afeta em especial os oceanos (que cobrem 71% do planeta).

A natureza sistemática dos desafios nos oceanos exige a utilização de abordagens de gestão integradas e baseadas nos ecossistemas, apoiadas por avaliações de base espacial e pela análise de pressões múltiplas e impactos cumulativos. A Comissão Europeia publicou em 2014 a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, que fornece diretrizes para a elaboração (mas não implementação) de planos de Ordenamento do Espaço Marinho (OEM) segundo uma abordagem ecossistémica, no intuito de promover o desenvolvimento sustentável das economias marítima e costeira e a utilização sustentável dos recursos. O OEM é um processo público de analisar e alocar a distribuição espacial e temporal das atividades humanas em áreas marinhas para alcançar determinados objetivos. Portugal continental e a Madeira contam já com planos OEM e o dos Açores está em conclusão. Estes planos têm uma importância e desafios acrescidos pois estudos científicos indicam que a legislação portuguesa tende a promover/favorecer os novos usos face aos usos existentes, o que tem potencial de gerar conflitos na gestão do EM. Para atingir os objectivos ecológicos, sociais e económicos preconizados no OEM vai ser necessário o esforço conjunto das autoridades, das organizações e da sociedade civil na participação e exigência mútuas, a descoberta de boas práticas de implementação e uma adequada monitorização e avaliação.

Para atingir os objectivos ecológicos, sociais e económicos preconizados no OEM vai ser necessário o esforço conjunto das autoridades, das organizações e da sociedade civil

A ConsumerChoice aposta numa Escolha Sustentável

Por ter consciência do impacto que a sustentabilidade tem na decisão de compra dos consumidores e que as marcas estão cada vez mais dispostas a integrar a sustentabilidade a nível transversal, a ConsumerChoice decidiu lançar o selo Escolha Sustentável. A diretora-geral da empresa, Teresa Preta, dá conta deste novo sistema e da sua importância.



TERESA PRETA
Diretora-geral
da ConsumerChoice



A Escolha Sustentável é um sistema de avaliação, que se foca na sustentabilidade ambiental, social e económica, ou seja, nas boas práticas de gestão e investimento. O objetivo é, por um lado, reconhecer o esforço das empresas na implementação de políticas de sustentabilidade e no desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis.

Por outro, ao lançar um sistema de avaliação, pretende-se que haja também um papel educacional junto do consumidor, ajudando a direcionar a atenção do cliente para áreas que não são tão visíveis e que vão além do ambiente.

Este é um sistema de qualificação público feito através da avaliação de produtos, serviços ou medidas que contribuam ativamente para a sustentabilidade nas suas várias vertentes.

Nele, podem participar todas as empresas no mercado nacional, independentemente do seu setor, dimensão e antiguidade. Serão Escolhas Sustentáveis os produtos, serviços e medidas que obtenham uma nota muito elevada, com base na ponderação da avaliação dos especialistas e dos consumidores.

Segundo a diretora-geral da empresa, Teresa Preta, este método de avaliação não pretende ser uma competição, mas sim um reconhecimento de boas práticas, produtos e serviços existentes nas empresas e que, em última instância, podem vir a servir de benchmarking e a inspirar outros a iniciar, continuar ou aprofundar a mudança no sentido da sustentabilidade.

Adianta que a Escolha Sustentável tem missões muito claras, nomeadamente, informar os consumidores dos produtos, serviços ou medidas sustentáveis para os apoiar na decisão de compra e ter um papel pedagógico. Sustenta, ainda, que a ConsumerChoice não fica indiferente a estas temáticas por acreditar que as marcas que não integrem a sustentabilidade "são marcas alienadas da realidade e muito dificilmente irão sobreviver".

"Mais do que uma tendência, é fundamental que os ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e ESG - Environment, Social, Governance deixem de ser apenas siglas trendy para passarem a ser o GPS das organizações e das pessoas em geral, incorporando-os e procurando caminhos alternativos a pensar nas gerações vindouras", acrescenta.

O compromisso da empresa passa por continuar a estar atenta e contribuir de forma mais ativa e menos reativa para a proteção do planeta e para a construção de um mundo melhor.

"A ConsumerChoice tem feito o seu caminho proativo na incorporação da sustentabilidade a nível estratégico e os nossos objetivos estão muito alinhados com aquelas que são as prioridades mundiais das organizações e das pessoas", conclui a diretora-geral.



Praias mais limpas pelas mãos dos colaboradores da Beiersdorf

A Beiersdorf Portugal promoveu junto dos colaboradores uma ação de limpeza de praias, na Lagoa de Óbidos, onde foram recolhidos 104 quilos de lixo. A atividade, "Care Beyond Skin Day", foi a primeira iniciativa global de voluntariado desenvolvida pela empresa de cuidados da pele a decorrer este ano.



A iniciativa da Beiersdorf Portugal de recolha de lixo na Lagoa de Óbidos, que teve o apoio da Ocean Patrol, contou com 65 colaboradores. O "Care Beyond Skin Day" pretende promover o compromisso da agenda de sustentabilidade internacional e corporativa da empresa, ao nível social e ambiental, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e com impacto ambiental duradouro. De maio a julho deste ano, mais de 20 mil colaboradores em todo o mundo vão realizar uma atividade de voluntariado em parceria com organizações não-governamentais locais.

"Na Beiersdorf, reconhecemos a nossa responsabilidade em promover mudanças positivas e estamos totalmente empenhados para tornar

Estas iniciativas dão vida à nossa agenda de sustentabilidade, 'Care Beyond Skin', para uma sociedade mais inclusiva e um impacto ambiental positivo e duradouro

A Ocean Patrol é uma organização de conservação ambiental, que tem como foco a redução do plástico e da poluição dos oceanos, promovendo ações que contribuam para conter e reverter a degradação ambiental





"Na Beiersdorf, reconhecemos a nossa responsabilidade em promover mudanças positivas e estamos totalmente empenhados para tornar as nossas ambições de sustentabilidade uma realidade, todos os dias"



as nossas ambições de sustentabilidade uma realidade, todos os dias", começa por dizer o Country Comercial Manager da Beiersdorf Portugal. Gonçalo de Sousa Tavares acrescenta que, no País, sabem como a limpeza das praias é crucial, pelo que consideram que a ação de voluntariado na Lagoa de Óbidos vai fazer a diferença na comunidade.

Tal como a própria empresa, também a abordagem à sustentabilidade é global. A Beiersdorf, da qual fazem parte as marcas Nivea, Eucerin, Hansaplast ou La Prairie, quer que os seus produtos sejam usados todos os dias em todo o mundo e quer disponibilizá-los da forma mais sustentável possível. Isto implica não prejudicar o planeta e reconhecer os direitos humanos ao longo de toda a cadeia de valor, bem como em benefício das sociedades.

Ciente do seu papel no combate às alterações climáticas, elaborou a agenda de sustentabilidade "Care Beyond Skin" como parte da estratégia empresarial "C.A.R.E.+", a fim de alcançar um crescimento sustentável competitivo. Assim, a empresa estabeleceu uma meta climática ambiciosa de reduzir as emissões absolutas de escopo 1, 2 e 3 em 30%, até 2025, em relação ao ano base de 2018. Já em 2022, diminuiu as suas emissões absolutas de âmbito 1, 2 e 3 em 17%. E, recentemente, recebeu, pelos seus esforços para proteger o clima, a água e as florestas, a classificação máxima "Triplo-A", atribuída pela organização internacional sem fins lucrativos que ajuda empresas e cidades a divulgarem o seu impacto ambiental CDP – Carbon Disclosure Project.

C.A.R.E.+

Acelerar a transformação digital, ganhar com foco no cuidado da pele, aproveitar o potencial das oportunidades, alimentar o crescimento através do aumento da produtividade e construir sobre bases fortes. São cinco prioridades estratégicas, e a ambição de criar mais valor para as pessoas e a sociedade. Também significa: Coragem + Aspiração + Responsabilidade + Empatia